

Orçamento: governo retira R\$ 1,8 bi dos estados exportadores

Acordo de líderes é derrubado com apoio de parlamentares dos estados mais pobres

Página 8



Comissão Mista de Orçamento aprova dois destaques que reduzem de R\$ 5,2 bilhões para R\$ 3,4 bilhões a compensação a estados exportadores em decorrência da Lei Kandir

Plenário faz homenagem aos 40 anos do PMDB

A trajetória do PMDB – que surgiu como MDB em 24 de março de 1966 para fazer oposição ao regime militar – foi destacada ontem em sessão solene do Senado. Os parlamentares lembraram as grandes causas conduzidas pelo partido, como a campanha das Diretas Já, a anistia e o fim da tortura. **Página 7**

Venda de anabolizante poderá dar até cinco anos de prisão

Aprovação da proposta de Papaléo Paes é confirmada pela Comissão de Assuntos Sociais e vai direto ao exame da Câmara se não houver recurso para que seja votada em Plenário

O projeto inova ao punir a venda ou a aplicação de anabolizantes como crime equivalente ao tráfico ilícito de substância entorpecente, segundo afirmou o relator Augusto Botelho. O senador lembrou que, embora seja proibido o comércio de produtos anabolizantes em casas veterinárias, esses estabelecimentos oferecem o produto porque não há no Brasil norma legal para punir a atividade. Augusto explicou que a substância causa atrofia tanto no útero como nos testículos e traz conseqüências como o desenvolvimento das glândulas mamárias nos homens e a masculinização das mulheres, além de propiciar o surgimento de câncer no fígado e oferecer risco de morte. **Página 2**



À mesa com Paulo Paim, Augusto Botelho (E) observa que anabolizantes matam muitos jovens

Caseiro não pode ainda falar na CPI, decide Supremo

O Plenário do Supremo Tribunal Federal decidiu ontem à noite pelo não-cabimento do mandado de segurança impetrado pela CPI dos Bingos contra a liminar que impediu a continuidade do depoimento do caseiro Francenildo Santos Costa. O assunto retorna ao ministro Cezar Peluso. **Página 4**



Renan conversa com o rapper MV Bill, um dos autores de *Falcão*

Renan vê *Falcão* como “um soco no estômago”

Presidente do Senado recebeu autores do documentário *Falcão – Meninos do Tráfico* e se coloca à disposição para buscar soluções.

Página 3

Comissão recebe presidenta do Senado belga

Em companhia do embaixador da Bélgica no Brasil e de dois senadores, Anne-Marie Lizin visitou a Comissão de Relações Exteriores e o Plenário. **Página 6**



Roberto Saturnino (C) preside reunião da CRE com a comitiva belga

Ao aprovar projeto, senadores observam que substância oferecida como coadjuvante na busca de beleza ou de vigor físico é extremamente perigosa, podendo causar a morte



Ao lado de Paim (E), o relator Augusto Botelho afirma que projeto inova ao punir ação como crime equivalente ao tráfico de entorpecentes

Venda de anabolizantes poderá ser punida com reclusão e multa

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) confirmou ontem, em turno suplementar, a aprovação de substitutivo ao projeto de lei do senador Papaléo Paes (PSDB-AP) que pune com reclusão de cinco anos e multa quem vende ou aplica medicamentos do grupo terapêutico dos esteróides ou peptídeos anabolizantes. A proposta altera a Lei 9.965/00 e recebeu decisão terminativa na comissão.

O relator, senador Augusto Botelho (PDT-RR), disse que o projeto (PLS 124/05) inova ao punir a venda ou a aplicação de anabolizantes como crime equivalente ao tráfico ilícito de substância entorpecente. O parlamentar lembrou que, embora seja proibido o comércio de produtos anabolizantes em casas veterinárias, esses estabelecimentos oferecem o produto porque não há no Brasil norma legal para punir

a atividade.

Augusto explicou que a substância causa atrofia tanto no útero como nos testículos e traz conseqüências como a ginecomastia (desenvolvimento das glândulas mamárias nos homens) e a masculinização das mulheres. Ele advertiu ainda que a substância propicia o surgimento de câncer no fígado e que muitos jovens morrem em conseqüência da utilização do medicamento.

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) destacou, durante a discussão da matéria, que normalmente os jovens sentem-se atraídos pelos efeitos imediatos causados pela substância. O produto, que é oferecido como auxiliar de potência sexual, beleza, vigor, acrescentou Mesquita Júnior, é extremamente perigoso pelas conseqüências que acarreta, como o risco de morte.

O senador Paulo Paim (PT-RS),

que presidia a CAS no momento da discussão do projeto, comunicou que no dia 24 de abril a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), da qual é vice-presidente, realizará seminário sobre dependência química, inclusive a do álcool. Paim disse que o evento recebeu o apoio do presidente do Senado, Renan Calheiros.

Na mesma reunião, a CAS confirmou – também em turno suplementar e em decisão terminativa – a aprovação de substitutivo ao projeto de lei que acrescenta, entre as exigências mínimas dos planos de saúde que incluem internação hospitalar, a cobertura de despesas com cirurgia e transporte de órgãos destinados a transplante do segurado (PLS 75/02). A proposta é do então senador Carlos Bezerra e teve como relator o senador Demostenes Torres (PFL-GO).

Juvêncio da Fonseca quer mudar Estatuto do Desarmamento

O senador Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS) comunicou ontem ao Plenário a apresentação de projeto de lei que altera o Estatuto do Desarmamento. Sancionado pelo presidente da República em dezembro de 2003, o Estatuto do Desarmamento, segundo Juvêncio, tem “uma série de irregularidades e inconstitucionalidades”. Ele explicou que sua intenção, ao apresentar o projeto (PLS 67/06), é aperfeiçoar o estatuto.

Entre as mudanças propostas pelo senador está a redução – de 25 para 21 anos – da idade mínima para a compra de uma arma de fogo. Ele argumenta que a própria



Gerardo Magrita

Para Juvêncio, estatuto tem “uma série de irregularidades e inconstitucionalidades”

Constituição federal confere aos brasileiros a partir dos 21 anos a maioria plena.

Juvêncio propõe alterações nas penas previstas no estatuto, que, avalia, são desequilibradas. Ele citou como exemplo o crime de disparo de arma de fogo, que é inafiançável, com pena de dois a quatro anos de detenção, enquanto o homicídio culposo tem pena de um a três anos de prisão.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem sessão não-deliberativa

A partir das 9h, os senadores reúnem-se em sessão não-deliberativa, que se destina a discursos e comunicados, sem a votação de projetos. Entre os parlamentares inscritos para falar da tribuna estão Paulo Paim (PT-RS) e Pedro Simon (PMDB-RS). A análise da pauta de votações será retomada pelo Plenário a partir da próxima terça-feira.

CAS discute indústria petroquímica

A participação acionária da Petrobras na petroquímica Braskem, do grupo Odebrecht, em troca de ativos no Pólo Petroquímico do Rio Grande do Sul, é tema de audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), às 14h. Participarão os ministros da Casa Civil e de Minas e Energia, os presidentes da Petrobras e da Petroquisa, o diretor da Ipiranga Petroquímica e o presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Pólo Petroquímico do RS.

Verticalização em debate

A Rádio Senado discute hoje, às 20h, a decisão do Supremo Tribunal Federal de manter a verticalização nas eleições deste ano. Isso significa que, em 2006, as coligações nas campanhas estaduais devem obedecer às realizadas em nível nacional.

René Magritte

A TV Senado exhibe hoje, às 22h30, especial sobre a vida e a obra do pintor belga René Magritte, um dos mais importantes representantes do movimento surrealista. A atração tem reprises amanhã, às 16h e 21h30, e no domingo, às 15h30 e 22h.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151
O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed.- Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, Romeu Tuma, Juvêncio da Fonseca, Paulo Paim, João Batista Motta, Heráclito Fortes e Magno Malta e pelas senadora Fátima Cleide e Heloísa Helena

Renan Calheiros dispõe-se a buscar soluções para os problemas retratados no filme. Patrícia Saboya cobra aprovação de projetos contra exploração sexual infantil

PATRÍCIA SABOYA

“O que revolta é a apatia. O olhar dos governantes ainda é frio”

O Brasil iniciou esta semana mergulhado num misto de comoção, incômodo e choque: as imagens impressionantes do documentário *Falcão – Meninos do Tráfico*, produzido pelo rapper MV Bill e pelo coordenador da Central Única das Favelas (Cufá), Celso Athayde, e veiculadas no último domingo pelo *Fantástico*, da TV Globo, repercutiram na tribuna do Senado. Diversos senadores comentaram o documentário, que retrata a realidade de crianças e adolescentes envolvidos no tráfico de drogas em favelas de todo o país.

No mesmo domingo, o jornal *O Globo* deu início a uma série de reportagens sobre o submundo da prostituição infantil, relatando a prestação de serviços sexuais por meninas do Paraná a preços que partem do “valor simbólico” de R\$ 1,99.

Foi muito para Patrícia Saboya (PSB-CE). Em discurso emocionado, a senadora cobrou do Congresso Nacional medidas urgentes para o resgate de “seus” meninos e meninas. Primeira mulher eleita senadora pelo estado do Ceará, Patrícia fez da luta pelos direitos da criança e do adolescente seu “projeto de vida”. É vice-presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), integrante das comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), coordenadora, no Senado, da Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente e foi presidente, de julho de 2003 a julho de 2004, da CPMI da Exploração Sexual.

Nesta entrevista à Agência Senado, Patrícia fala sobre a alegria de ter dado voz às pequenas vítimas do aliciamento, mas expressa, sobretudo, profunda indignação diante da impunidade e do descaso do poder público e do próprio Legislativo.

Senadora, a senhora está perdendo as esperanças?

– Não é bem isso. Ao mesmo tempo em que nos causa grande indignação ver retratada nos meios de comunicação a situação de abandono da infância no país, saber que esse assunto está sendo trazido para a agenda não deixa de ser uma conquista e uma vitória. Essa não é uma tarefa de um ou dois, mas de toda a sociedade.

A senhora presidiu a CPMI da Exploração Sexual. O que



Patrícia cobra do Congresso medidas urgentes para resgatar “seus” meninos

essa experiência representou para sua vida, do ponto de vista pessoal e político?

– A experiência me amadureceu muito. Desde bem jovem milito na área da infância e da juventude, mas, com a CPI, vi de perto uma realidade muito doída, de meninas e meninos. As redes criminosas atraem as crianças mexendo com seus sonhos, com seu imaginário, e elas se vêem envolvidas no mundo do tráfico de drogas e armas, do trabalho forçado, humilhante. As famílias, por pobreza ou ignorância, ou são coniventes ou acabam surpreendidas ao ver seus filhos absorvidos por essas teias.

Quais foram os resultados práticos do trabalho da CPI?

– Conseguimos construir uma nova legislação, modificando o Código Penal Brasileiro, que continha uma série de preconceitos e tabus. Além disso, o debate foi colocado na pauta e nas ruas, nosso maior êxito. Hoje, tem-se muito mais informações sobre o assunto do que há três anos.

O que falta ser feito no âmbito do Congresso Nacional?

– As modificações propostas foram aprovadas no Senado, mas a Câmara dos Deputados, depois de um ano, ainda não votou os projetos. Tenho feito um apelo constante nesse sentido, mas acho que ainda não houve sensibilidade.

A prostituição infantil ainda é uma realidade. Reportagens recentes mostram que os criminosos investigados pela CPI continuam impunes?

– Sim. Depois de muito tempo, infelizmente, não vimos muita coisa andando. O que me revolta mais é a apatia em relação à necessidade de proteção dos nossos filhos. O olhar dos governantes ainda é um olhar frio, de estatísticas.

Autores de documentário sobre crianças no tráfico vêm ao Senado

Os autores do documentário *Falcão – Meninos do Tráfico*, o rapper MV Bill e o produtor Célio Athayde, foram recebidos ontem pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, que se colocou à disposição para buscar soluções para os problemas retratados no filme. Renan afirmou que a única alternativa é unir esforços de todos os setores para tentar devolver a infância às crianças que vivem situação semelhante. Disse que a realidade dura e dramática mostrada “foi como um soco no estômago de todos nós”.

MV Bill afirmou que não existe nada mais importante em sua vida e na de Célio Athayde do que discutir as questões apresentadas no documentário, que estreará nos cinemas de todo o país em 12 de outubro. Segundo ele, os 45 minutos mostrados pela TV Globo “foram apenas um trailer”, pois a película tem duas horas de



Ao lado de Renan, de Ideli e do deputado Carlos Abicalil, MV Bill (F) diz que quer colaborar

duração. O rapper explicou que o trabalho consumiu oito anos, período em que visitaram várias favelas, fizeram muitas entrevistas, mas apenas 17 depoimentos foram selecionados para compor o documentário.

– Dessas 17 crianças, 16 já morreram e a que sobreviveu só conseguiu isso porque está presa – assinalou.

Para MV Bill, os parlamen-

tares foram eleitos para ajudar a resolver esses problemas, “ou pelo menos para pensar ou perder o sono com essas questões”, e a sua vinda ao Congresso Nacional não foi apenas para cobrar, mas também para colaborar. Ele garantiu que continuará fazendo a sua parte.

– Pelo menos na hora de dormir eu me sinto menos culpado – concluiu.

Ana Júlia diz que atual governo tem enfrentado problema da juventude

Ana Júlia (PT-PA) destacou ontem que 16 dos 17 menores entrevistados no documentário *Falcão – Meninos do Tráfico*, exibido no último domingo, durante o programa *Fantástico* da TV Globo, já morreram e o único vivo está preso. Para a senadora, a indignação das pessoas que assistiram ao vídeo é mais do que justificada. Mas ela rebateu as críticas dos que acusaram o governo “de não ter feito nenhum gesto radical”, diante de uma realidade tão cruel.

– O governo, especialmente o presidente Lula, tem, sim, buscado enfrentar o problema. Há pelo menos 20 programas direciona-

dos para a juventude, aos quais foram destinados cerca de R\$ 900 milhões em 2005 – rebateu.

Ana Júlia ressaltou que o documentário foi editado de um material extraído de 217 horas de gravações, realizadas entre os anos de 1998 a 2003. Portanto, lembrou a senadora, a realidade focada no documentário pertence mais a período anterior ao do atual governo.

Dados coletados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em 2003 apontam que o Brasil tem quase 27 milhões de jovens com idade entre 10 e 17 anos; 4,5 milhões já trabalham, enquanto 2,3 milhões estão fora



Ana Júlia reconhece importância do documentário *Falcão – Meninos do Tráfico*

da escola. Ana Júlia entende que a pobreza é responsável pela degradação familiar e, conseqüentemente, pela cooptação dos meninos pelo narcotráfico.

– Responsabilizar o governo Lula é ser inconseqüente, é fechar os olhos para a complexidade do problema, é reduzir essa importante questão social a disputas político-eleitorais – afirmou.

Malta anuncia propostas para amenizar violência

Preocupado com o crescimento da violência e com a impunidade, o senador Magno Malta (PL-ES) anunciou que vai apresentar documento ao presidente Lula e ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, com propostas para amenizar a situação de crise por que passam os estados.



Magno Malta diz que apresentará documento ao presidente Lula

Ele elogiou a interferência das Forças Armadas nos morros e favelas do Rio de Janeiro.

– O Exército nas ruas foi a prova contundente da necessi-

dade de a sociedade rediscutir o conceito de segurança nacional.

Malta criticou a atuação da CPI dos Bingos. Para ele, a comissão deveria estar investigando a ligação entre as casas de bingo e a contravenção, fato determinado para o qual foi criada.

– Entendo que as denúncias sobre Palocci deveriam estar sendo investigadas à exaustão pelo Ministério Público e pela Polícia Federal. A CPI dos Bingos não tem nada a ver com isso, tornou-se arena de luta – observou.



José Jorge: funcionário que indicar quem deu a ordem terá culpa atenuada

José Jorge quer ouvir responsáveis pela quebra de sigilo

Ao comentar ontem em Plenário a notícia de que a Caixa Econômica Federal já teria identificado os funcionários responsáveis pelo acesso à conta do caseiro Francenildo Santos Costa, o senador José Jorge (PFL-PE) anunciou que pretende propor a convocação deles pela CPI dos Bingos. De acordo com o líder da Minoria, se os funcionários indicarem a pessoa que deu a ordem para a quebra de sigilo, eles terão a culpa atenuada.

Conforme José Jorge, a alta administração da Caixa teria determinado à Superintendência Nacional da Rede, um departamento do banco, a impressão dos extratos da conta de Francenildo – que foi feita às 20h50, portanto, depois do expediente bancário.



Banco Central deve se manifestar sobre ação irregular da estatal, diz Heráclito

Heráclito cobra explicação sobre atitude da Caixa

Heráclito Fortes (PFL-PI) pediu ao Banco Central (BC) que se manifeste com relação à atitude da Caixa Econômica Federal de convocar o empresário Eurípedes Soares da Silva para explicar depósitos na conta de Francenildo Santos Costa, o caseiro que teve o sigilo bancário violado. A denúncia contra a Caixa foi publicada pela *Folha de S. Paulo*.

O senador considerou inadmissível o BC se manter omissivo diante de denúncia de procedimento irregular da Caixa. Disse que pedirá a convocação de funcionários do Banco Central pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Plenário do STF atribui a Cezar Peluso tarefa de decidir se a ação interposta pelo Senado poderá ser convertida em agravo regimental, passível de ser analisado pelo próprio tribunal

Supremo mantém suspenso o depoimento do caseiro à CPI

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, no início na noite de ontem, pelo não-cabimento do mandado de segurança impetrado pela Advocacia do Senado Federal contra a liminar que impediu a continuidade do depoimento do caseiro Francenildo Santos Costa à CPI dos Bingos, no último dia 16. Nesse caso, o Plenário acompanhou o entendimento do relator da

materia, ministro Marco Aurélio Mello.

Conforme a decisão, caberá ao ministro Cezar Peluso, relator do mandado de segurança impetrado pelo senador Tião Viana (PT-AC) – que suspendeu o depoimento de Francenildo –, analisar se a ação interposta pela CPI dos Bingos poderá ser convertida em agravo regimental, passível de ser analisado pelo Supremo.



Entendimento de Marco Aurélio foi acompanhado pelos ministros do STF

Alvaro aconselha ministro a dar explicações à CPI

A oposição não considera mais prioridade um segundo depoimento do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Bingos, informou ontem o senador Alvaro Dias (PSDB-PR). O parlamentar, no entanto, aconselhou Palocci a apresentar-se espontaneamente à CPI para se defender das acusações que vêm sendo lançadas contra ele.

– A tática usada por Palocci de se esconder e não aparecer para trabalhar no ministério não melhora a situação dele diante das várias acusações que se sucedem – observou Alvaro Dias, para quem “é triste para um país ver seu ministro da Fazenda exilado”.

Sobre a quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo Santos Costa, o Nildo, o senador estranhou a demora da Caixa Econômica Federal em apresentar explicações cabíveis para o fato, que considera grave.

Para Alvaro Dias, é necessário que a direção da Caixa apresente urgentes explicações, “até para a preservação da imagem da própria instituição”. O parlamentar não afastou a hipótese de a responsabilidade pela quebra do sigilo bancário do caseiro estar acima do presidente da Caixa, Jorge Mattoso.

Vice-presidente da Caixa deve ser ouvida na terça

Os senadores da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos colhem, na próxima terça-feira, o depoimento da vice-presidente de Tecnologia da Caixa Econômica Federal, Clarice Coppetti. Além de prestar esclarecimentos sobre a violação de dados bancários sigilosos do caseiro Francenildo dos Santos Costa, Clarice terá de explicar também a contratação, pela estatal, de 25 mil terminais de computadores da empresa Diebold Procomp, suspeita de envolvimento nas negociações e tratativas durante a renovação do contrato entre a Caixa e a multinacional GTech.

O presidente da Caixa, Jorge Mattoso, deve ser ouvido nos próximos dias pela Polícia Federal (PF). Mattoso terá que prestar esclarecimentos à PF sobre o envolvimento de funcionários da estatal no vazamento do sigilo bancário de Francenildo.

Em nota à imprensa, a Caixa informou já ter identificado a máquina utilizada para o acesso à conta e impressão do extrato. As investigações, de acordo com a instituição financeira, estão sendo realizadas com agilidade, “observados os princípios constitucionais de ampla defesa e do contraditório, para que se chegue à elucidação dos fatos, aplicando-se as penalidades cabíveis”.



Segundo Arthur Virgílio, o partido pede a destituição do ministro

PSDB apresenta denúncia contra Antonio Palocci

O PSDB apresentou, na Câmara, com base na Lei 1.079/50, denúncia contra o ministro Antonio Palocci, por crime de responsabilidade. Foi o que anunciou o líder do partido, Arthur Virgílio (AM). Ele afirmou que Palocci não tem condições de continuar no Ministério da Fazenda.

– Como pode ser ministro quem não resiste ao depoimento do caseiro, quem se “asila” no Palácio do Planalto com medo da imprensa? – indagou.

No documento, o PSDB pede a destituição de Palocci e o seu impedimento, por cinco anos, de exercer cargos públicos.

A denúncia tem como base o fato de o ministro ter negado que ia à mansão onde seus ex-assessores supostamente distribuíam dinheiro de origem ilegal, enquanto o caseiro da residência, Francenildo Costa, afirma tê-lo visto lá várias vezes, assim como um dos motoristas que serviam aos frequentadores do local. A quebra do sigilo bancário do caseiro, feita informalmente pela Caixa Econômica Federal, é outro crime atribuído a Palocci, acusação de “abuso de autoridade”.

Críticas

Em aparte, Heráclito Fortes (PFL-PI) considerou estranho o fato de o Banco Central, instituição responsável pelo sistema financeiro, não ter se pronunciado sobre a quebra de sigilo de Francenildo. Magno Malta (PL-ES) reafirmou a necessidade de se apurar todas as denúncias contra Palocci, mas ressaltou que a CPI dos Bingos, criada para investigar as casas de jogos, não seria o instrumento ideal para fazê-lo.

Pela Lei 1.079/50, quando apresentada denúncia contra o presidente da República ou um ministro, na Câmara, deve ser criada comissão que emitirá parecer dizendo se a denúncia deve ou não ser objeto de deliberação. O parecer será julgado pelo Plenário e, se este considerar a denúncia procedente, por dois terços dos seus membros, será decretada a acusação pela Câmara.

CPI dos Correios marca para terça a leitura de seu relatório final

A CPI dos Correios dá início à última etapa de suas atividades na próxima terça-feira: depois de dias de expectativa, está finalmente marcada para as 12h a leitura do relatório final. Em seguida, a comissão terá menos de duas semanas para discutir e votar o texto (o prazo para o encerramento dos trabalhos é 10 de abril).

O documento, que está sendo finalizado pelo relator da comissão, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), deve abordar, segundo esquema definido no

início deste ano, o que o colegiado conseguiu apurar, em quase dez meses de investigações, a respeito do chamado valerioduto, suas prováveis fontes, os supostos destinatários do mensalão e as contas do publicitário Duda Mendonça, entre outros pontos.

Serão anexadas as conclusões das cinco sub-relatorias – Fontes Financeiras (deputado Gustavo Fruet/PSDB-PR), Normas de Combate à Corrupção (deputado Onyx Lorenzoni/PFL-RS), Contratos (deputado José Eduardo Cardozo/PT-SP), Fundos



Serraglio elabora o documento com uma equipe de assessoria técnica

de Pensão (deputado Antônio Carlos Magalhães Neto/PFL-BA) e IRB (deputado Carlos Willian/PTC-MG). À exceção do deputado Lorenzoni, cuja subcomissão é essencialmente propositiva, os demais sub-relatores estão encaminhando diversas sugestões de indiciamento.



Heloísa diz que investigação de Nildo é uma forma de tentar desmoralizá-lo

Heloísa protesta contra investigação de caseiro pela PF

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) protestou contra a investigação que a Polícia Federal está fazendo para apurar a possibilidade de o caseiro Francenildo Santos Costa ter feito lavagem de dinheiro.

Ela disse suspeitar que o governo está usando essa investigação como uma forma de amedrontar e desmoralizar o caseiro, por ter ousado contestar um “ministro de Estado poderosíssimo”. Francenildo teve seu sigilo bancário quebrado informalmente na Caixa Econômica Federal depois de fazer denúncias contra o ministro da Fazenda, Antonio Palocci.

– A Caixa terá de explicar isso muito bem explicado – advertiu a senadora.

Líder do governo afirma que apreciar e votar o Orçamento Geral da União com celeridade é mais importante que as discussões de motivação político-eleitoral

Aloizio Mercadante conclama senadores a retomarem votações

O líder do governo no Senado Federal, Aloizio Mercadante (PT-SP), afirmou que os senadores devem firmar um compromisso com vistas à retomada de votações no Plenário. De acordo com o senador, a Casa está há cerca de 30 dias sem votações.

– Precisamos retomar os processos de votação. Precisamos voltar a evoluir no processo legislativo – conclamou.

As recentes discussões políticas no Senado, disse Mercadante, estão impedindo que os parlamentares apreciem e votem matérias indispensáveis para o país, como o Orçamento da União de 2006, que destina recursos para áreas prioritárias como saúde, educação e infra-estrutura. Ele citou especificamente a lei orçamentária como item que deve ser discutido e apreciado pelo Congresso Nacional com mais rapidez, salientando que a matéria precisa ser votada até o final de maio, em virtude do



Mercadante lembra que senadores não votam matérias em Plenário há 30 dias

calendário eleitoral.

– A partir de junho não temos mais possibilidade de liberação de recursos em virtude do calendário eleitoral. Estamos engessando o país num momento em que é indispensável que os recursos sejam encaminhados. A motivação político-eleitoral não pode se sobrepor a alguns valores indispensáveis – assinalou.

O líder do governo aproveitou seu pronunciamento para conde-

nar a recente violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo Santos Costa. Mercadante afirmou que o caso deve ser apurado com rigor, “inclusive se houve ou não alguma interferência ilegítima no depoimento”. O senador elogiou o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, por ter sido rápido na instauração de inquérito na Polícia Federal para investigar o vazamento, e declarou ter certeza de que os responsáveis pelo crime serão identificados e punidos.

Aloizio Mercadante protestou ainda contra a exibição, durante depoimento na CPI dos Bingos, – de conversa telefônica entre a depoente, Isabel Bordini, ex-superintendente do Departamento de Águas e Esgotos de Ribeirão Preto (Daerp), e o advogado Rogério Tadeu Buratti. Na interpretação do parlamentar, o acontecimento configura violação de sigilo.



Paim pede a Rigotto que conceda audiência aos educadores em greve

Paim faz apelo por professores do Rio Grande do Sul

Depois de comunicar que os professores da rede pública estadual de ensino do Rio Grande do Sul estão em greve há mais de 20 dias, Paulo Paim (PT-RS) apelou ao governador daquele estado, Germano Rigotto, para que receba a direção do Centro dos Professores do Rio Grande do Sul (Cpers) em audiência.

– A categoria já promoveu diversos movimentos, mas, até o momento, não conseguiu chegar a um entendimento com o governo do estado – lembrou o senador.

Em aparte, Sérgio Zambiasi (PTB-RS) solidarizou-se com os professores e anunciou que o secretário de Educação, José Fortunati, já tem uma proposta emergencial para apresentar.

Gilvam Borges homenageia Ellen Gracie

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) homenageou as mulheres brasileiras em pronunciamento no qual analisa a evolução dos direitos políticos femininos. O parlamentar citou em especial a posse da ministra Ellen Gracie na presidência do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

De acordo com Gilvam Borges, a ascensão de Ellen Gracie prova que o país está se modernizando e superando a longa tradição patriarcal, com seu viés antidemocrático e socialmente excludente. Ainda que a presença feminina na administração pública e em outros setores da vida nacional esteja longe do ideal, o representante do Amapá disse acreditar que a integração da mulher é um caminho sem retrocesso.

– Feliz o país que pode contar com alguém da estatura moral, da densidade intelectual e da trajetória profissional de Ellen Gracie – afirmou.

Para Ideli, CPI dos Bingos desrespeitou sigilo de Isabel



Ideli Salvatti

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), pediu ontem providências da Mesa do Senado quanto à exibição, durante depoimento na CPI dos Bingos, de conversa telefônica que ocorrera na noite anterior entre a depoente, Isabel Bordini, ex-superintendente do Departamento de Águas e Esgotos de Ribeirão Preto, e

o advogado Rogério Buratti.

– A divulgação de qualquer interceptação telefônica obtida ou não por medida judicial constitui crime – declarou Ideli.

O procedimento adotado pela CPI, de acordo com a senadora, é “tão grave quanto qualquer vazamento e quebra de sigilo”. Ideli também pediu explicações sobre o fato de, segundo ela, a requisição da fita com a conversa telefônica não constar da documentação disponível na secretaria da comissão.

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) contraditou a questão de ordem levantada pela líder do PT. Ele foi relator *ad hoc*, em substituição ao titular, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), durante o depoimento de Isabel Bordini. Alvaro Dias argumentou que a gravação faz parte de inquérito policial instaurado em Ribeirão Preto, além de já ter sido divulgada pela imprensa da cidade paulista e reproduzida em outro depoimento na própria CPI dos Bingos. Ideli replicou dizendo que “a CPI tem que se ater ao que o ordenamento jurídico prescreve”.

Alvaro: “Está instalado um patrulhamento no Senado”



Alvaro Dias

“Venho à tribuna condenar esta atitude de patrulhamento que ora se instala no Senado, porque patrulhamento é próprio de regimes policiais”, afirmou ontem o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), referindo-se ao pedido de providências feito pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC) à Mesa, a respeito da divulgação de conversa telefônica, pela CPI dos Bingos, entre a depoente Isabel Bordini, ex-superintendente do Departamento de Águas e Esgotos de Ribeirão Preto, e o advogado Rogério Buratti. Alvaro lembrou que a legislação concede às comissões parlamentares de inquérito poderes de autoridade judiciária. Assim, o presidente da CPI tinha, na reunião, autoridade de juiz para autorizar a reprodução da conversa.

– Não podemos permitir que a lei da mordaza prevaleça sobre os parlamentares. É certo que a verdade incomoda a alguns, mas a busca da verdade tem que ser a perspectiva preliminar de quem exerce o mandato parlamentar. Também não posso compactuar com a tese de que não legislamos porque investigamos. Estas são duas funções primaciais do Legislativo. Uma não exclui a outra – disse ele.

Para o senador, “diante do cenário de corrupção atual”, a Câmara e o Senado comprometerão sua imagem se não investigarem e não propuserem punição exemplar para os eventuais responsáveis pelos atos irregulares.

Verônica Calheiros recebe Troféu Mulher 2006

Em solenidade realizada na noite da última quarta-feira no auditório do Tribunal de Contas da União (TCU), a artista plástica Verônica Calheiros, esposa do presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu o Troféu Mulher 2006, oferecido pela Academia Internacional de Cultura (AIC) a mulheres que se destacam pela colaboração para a perpetuação da cultura em suas várias formas. Além de Verônica, outras 12 mulheres dos meios diplomático, científico, artístico e jornalístico foram agraciadas com o troféu e acolhidas como membros titulares da AIC.

A presidente da AIC, Palmerinda Donato, assinalou que Verônica foi premiada pelo trabalho desenvolvido junto aos deficientes físicos, utilizando a arte como instrumento de inclusão social e econômica. Palmerinda acrescentou que Verônica ainda ajuda na preservação de 180 espécimes raros de orquídeas brasileiras.

Um encontro entre parlamentares do Brasil e representantes da Comunidade Européia, em Bruxelas, é sugerido como forma de estreitar as relações entre o país e o bloco econômico



A presidenta do Senado belga Anne-Marie Lizin na Comissão de Relações Exteriores, com Saturnino, e recepcionada por Renan e Serys



Jane Araújo

Presidenta do Senado da Bélgica é recebida na CRE e no Plenário

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado recebeu ontem a presidenta do Senado belga, Anne-Marie Lizin. A presidenta estava acompanhada do embaixador da Bélgica no Brasil, Johan Ballegeer, e de dois senadores, representantes dos partidos Democrata Cristão, Christian Brotcorne, e Liberal Flamengo, Paul Willie.

O presidente da CRE, Roberto Saturnino (PT-RJ), abriu a reunião salientando as boas relações existentes entre o Brasil e a Bélgica e expressou o interesse do Congresso em estreitar o intercâmbio entre os dois parlamentos para a troca de experiências no âmbito legislativo. Em resposta, Anne-Marie Lizin propôs um encontro entre parlamentares do Brasil e de 26 representantes da Comunidade Européia em Bruxelas.

O senador Paul Willie salien-

tou o interesse de seu país pelo Brasil, como integrante do grupo de países denominado Brics (Brasil-Rússia-Índia-China), que, segundo previsões do economista Geoffrey Sachs, terá, em 2010, 40% da população mundial e um produto interno bruto (PIB) conjunto de US\$ 12,4 trilhões.

– Queremos saber qual será o futuro do Brasil e, conseqüentemente, qual o nosso futuro com o Brasil – destacou.

Subsídios agrícolas

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) indagou sobre a posição belga na questão dos subsídios agrícolas europeus. Lizin respondeu que, para a Bélgica, não há grandes conseqüências caso a Rodada de Doha venha a fracassar. Brotcorne, no entanto, explicou que a Bélgica quer acabar com os subsídios agrícolas da Comunidade Européia aos agri-

cultores até 2014. Indagado por Lizin sobre o desenvolvimento dos países pobres, em particular os africanos, Saturnino respondeu que não há consenso entre os parlamentares brasileiros a respeito da introdução de uma taxa sobre as passagens aéreas, proposta já discutida pelos presidentes Lula e Jacques Chirac, da França.

Homenagem

Lizin também esteve no Plenário, onde foi recebida pelo presidente do Senado, Renan Calheiros. Ele afirmou estar orgulhoso da coincidência dessa visita com a homenagem aos 40 anos do PMDB. Da tribuna, Ramez Tebet (PMDB-MS) disse à visitante que o Brasil também está avançando na presença feminina na vida pública. "Não tanto quanto a Bélgica, mas já temos uma mulher a presidir a mais alta corte de Justiça do nosso país", frisou.

Aprovada subcomissão sobre as Forças Armadas

Foi aprovada ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) a criação da Subcomissão Permanente para a Modernização e o Reaparelhamento das Forças Armadas Brasileiras, por meio de requerimento apresentado por Romeu Tuma (PFL-SP).

A subcomissão vai discutir aspectos relacionados às condições de trabalho e aos equipamentos utilizados pelo Exército, pela Marinha e pela Aeronáutica. Tuma alega que o atual estágio de sucateamento das Forças Armadas e a falta de recursos para investimento exi-

gem ações imediatas e efetivas do Legislativo.

– A criação da subcomissão irá permitir aprofundar as discussões e obter visão atualizada da situação das Forças Armadas, particularmente das possibilidades, deficiências e aspirações – argumenta.

Comissão aprova 12 projetos sobre acordos internacionais

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem parecer favorável a 12 acordos internacionais firmados pelo Brasil, entre eles o que prevê o reconhecimento, pelo país, do Comitê contra a Tortura das Nações Unidas como o órgão competente para o recebimento e a análise de denúncias de violações de direitos e garantias fundamentais (PDS 32/06). A matéria foi relatada pelo senador José Jorge (PFL-PE). De caráter não terminativo, será encaminhada para o Plenário.

A CRE foi favorável ao projeto que aprova o texto da convenção que unifica regras para o transporte aéreo internacional (PDS 20/06), relatado por Aelton Freitas (PL-MG). Entre os projetos de acordos internacionais que receberam parecer favorável da CRE, está o que prevê a assistência mútua entre o Brasil e a Holanda na prevenção de fraudes aduaneiras (PDS 24/06), relatado por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR); o que acolhe o texto do tratado de extradição entre o Brasil e a Ucrânia (PDS 127/06) e o que prevê assistência jurídica em matéria penal entre os dois países (PDS 126/06), ambos relatados

por Jefferson Péres (PDT-AM).

Audiências

A comissão aprovou dois requerimentos de Romeu Tuma (PFL-SP), um para a realização de audiência pública que vai discutir o impacto do crescimento da criminalidade nas principais regiões metropolitanas do país e em zonas de fronteira; e outro que convida o jornalista Cláudio Júlio Tognolli a prestar informações sobre o seqüestro, no Iraque, do engenheiro brasileiro João José de Vasconcelos Júnior, da construtora Odebrecht.

A Comissão de Relações Exteriores acolheu a realização de audiência que continuará a discutir os aspectos do desenvolvimento econômico e social do Chile, por requerimento de Roberto Saturnino (PT-RJ). A CRE aprovou ainda a realização da audiência pública sobre o tema "Os Caminhos da Dependência e da Autonomia: Brasil e Coréia do Sul", requerida por Jefferson Péres. Ao final da reunião, Saturnino leu manifesto encaminhado pela Casa do Brasil em Lisboa denunciando a expulsão de brasileiros que se encontram naquele país. Saturnino solicitará informações ao Ministério das Relações Exteriores.

Acordo poderá beneficiar brasileiros e bolivianos

Foi apresentado, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), parecer favorável a projeto de decreto legislativo que aprova o texto de acordo entre o Brasil e a Bolívia que concede permissão mútua de residência, estudo e trabalho aos cidadãos que vivem nos municípios da fronteira entre os dois países. A matéria, que teve como relator Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), será encaminhada ao Plenário.

Mozarildo ressalta que a proposição neutraliza a clandestinidade, legaliza a presença dos estrangeiros e esvazia o espaço de potencial criminalidade e marginalização. Para o senador,

a livre circulação de pessoas, com direito de estabelecimento e exercício profissional, continua sendo o grande ideal da integração regional latino-americana, mas as assimetrias entre os países, as diferenças macroeconômicas, a desarmonia legislativa e as corrosivas burocracias de Estado impedem a adoção de políticas públicas favoráveis aos fluxos de trabalhadores.

– Infelizmente, o livre comércio que todos parecem querer adotar não vem acompanhando a liberdade de circulação de pessoas, o que poderia constituir a face humana e elogiável da globalização – acrescenta Mozarildo.

Zambiasi defende integração de todos os países da América do Sul

Aproveitando a passagem dos 15 anos de instalação do Mercosul, que ocorre no próximo domingo, o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, defendeu a aproximação do Mercosul com os países pertencentes ao Pacto

Andino: Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. A seu ver, Mercosul e Pacto Andino deveriam se fundir em uma só instituição, o Bloco da Unidade do Continente Sul-Americano.

– A ampla integração do continental sul-americano tem o poder de consolidar definitivamente

o processo democrático e contribuir para tornar vitoriosa qualquer política de combate ao terrorismo, ao narcotráfico, ao contrabando ou à violência urbana. E, mais do que isso, promover a verdadeira união da América do Sul, com livre circulação de pessoas, igualdade de direitos, in-

tegração cultural e, fundamentalmente, com respeito à identidade particular de cada um de nossos povos – disse Zambiasi.

Para o senador, o Mercosul tem condições de se constituir em verdadeiro pólo catalisador da integração dos países sul-americanos.



Mercosul e Pacto Andino deveriam se fundir em um só bloco, segundo Zambiasi

Rosewell Pinheiro

Em 24 de março de 1966 nascia, dentro do sistema de bipartidarismo da época, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição ao governo militar. A trajetória de 40 anos daquele que se tornaria, em 1980, Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) foi saudada ontem em sessão especial realizada pelo Senado. Todos os oradores lembraram grandes nomes da legenda. A importância histórica do presidente Tancredo Neves, morto antes de tomar posse, e do hoje senador José Sarney – primeiro presidente eleito após o regime militar – foi destacada. Outros grandes peemedebistas citados foram Ulysses Guimarães, um dos responsáveis pela elaboração da Constituição de 1988, e Teotônio Vilela, o “menestrel das Alagoas”. Os oradores também ressaltaram o empenho do partido em favor da redemocratização do país. Os senadores lembraram ainda as grandes causas conduzidas pelo PMDB – como a campanha das Diretas Já, em 1984 – e o papel que a legenda representou no surgimento de praticamente todos os atuais partidos.

Senado comemora 40 anos do PMDB, o partido que se opôs à ditadura

Os grandes nomes e as grandes causas do partido foram lembrados em sessão especial



Ulysses Guimarães (D) e Tancredo Neves, no Plenário da Câmara, durante a histórica campanha pelas eleições diretas, em 1984



AUTOR DO REQUERIMENTO DA SESSÃO em homenagem aos 40 anos de fundação do PMDB, Pedro Simon (PMDB-RS) traçou um histórico da evolução do partido e destacou a importância da legenda para restabelecer a democracia no país. Ele ressaltou que, em todos os momentos da recente história política brasileira, especialmente na luta contra a ditadura, o antigo MDB, que deu origem ao PMDB, esteve presente. Citou como principais bandeiras defendidas pelo partido a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, a campanha das Diretas Já, o fim da tortura e a anistia.



“É UMA HONRA COMPLETARMOS 40 anos e podermos dizer à nação que somos o partido de onde saíram todos os partidos do Brasil”, afirmou ontem o senador José Sarney (PMDB-AP), que já foi presidente da República pela legenda. “Somos um partido que tem no seu estatuto a pregação da democracia interna, e que ninguém pense que pode ser dono dele, porque somos do povo brasileiro”, destacou. Sarney lembrou ainda que, durante sua gestão na Presidência da República, o PMDB mostrou ser a agremiação das grandes causas nacionais, ao assumir o lema “Tudo pelo social”.



FUNDAMENTAL PARA A GOVERNABILIDADE do país e o que tem maior capilaridade nacional. Assim Ney Suassuna (PB), líder do PMDB, descreveu seu partido, em pronunciamento durante a sessão especial. O senador fez um breve histórico do partido e relembrou os principais fundadores e integrantes da agremiação, desde sua criação. Segundo destacou, o Movimento Democrático Brasileiro nasceu para “combater o arbítrio” e abrigou os que não se conformavam com a violência adotada àquela época pelas regras da segurança nacional, durante o regime militar.



“TENHO ORGULHO DE PERTENCER aos quadros do PMDB”, disse, emocionado, o senador Ramez Tebet (MS), ao enaltecer o trabalho da militância do partido em todos os estados brasileiros. Tebet voltou a defender a candidatura própria do partido nas próximas eleições presidenciais e afirmou que o PMDB está pronto para governar o país e realizar mudanças radicais, a começar por uma limpeza ética, a criação de um plano de desenvolvimento, o firme combate à miséria e a eliminação das desigualdades sociais.



A CONTRIBUIÇÃO DO PMDB PARA A CONSTRUÇÃO e solidez da democracia brasileira foi lembrada ontem pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC), única oradora não-peemedebista a falar na sessão em homenagem aos 40 anos de fundação do partido. Ela ressaltou que o MDB, que deu origem à atual agremiação, teve atuação importante nas crises enfrentadas pelo país – muitas das quais, ao lado do Partido dos Trabalhadores. Ideli citou ainda Ulysses Guimarães, Mário Covas e Márcio Moreira Alves entre os nomes marcantes do partido na atuação contra a ditadura militar.



A DEFESA INTRANSIGENTE DA DEMOCRACIA como valor absoluto é a argamassa que garante a unidade do PMDB, assim como a defesa da Federação, do crescimento econômico, da distribuição de renda, dos direitos humanos e do combate às desigualdades, afirmou ontem Renan Calheiros (PMDB-AL). Ao se referir às divisões internas do partido, ele explicou que elas decorrem da peculiar diversidade regional brasileira e do tamanho da agremiação. “São diferenças que existem em todas as legendas, mas que ficam mais evidentes no PMDB, por ser o maior e mais estruturado.”



Encontro de vereadores e prefeitos foi destacado por Fátima Cleide

Fátima Cleide discute papel da mulher na política

Fátima Cleide (PT-RO) registrou ontem a realização do Encontro Nacional de Vereadores, Prefeitos, Vice-Prefeitos, Secretários Municipais, Assessores e Funcionários das Câmaras Municipais do País, que tem como um de seus temas a participação das mulheres na vida política. O evento está ocorrendo na Câmara dos Deputados e se encerra amanhã.

– Quando se fala da mulher no cenário político, pensamos na presença feminina nos parlamentos e executivos – disse, observando que essa presença ainda é tímida.

A senadora defendeu a Lei 9.504/97, que reserva às mulheres uma cota mínima de vagas nas candidaturas de um partido – ou de uma coligação –, quando se tratar de eleições proporcionais, como é o caso dos pleitos para câmaras de vereadores, assembleias legislativas e a Câmara dos Deputados.

Segundo Fátima Cleide, essa lei representa um avanço, “embora, no curto prazo, não tenha produzido mudanças na relação desigual do mundo da política”.

– Em 2004, nenhum partido completou a cota mínima de indicações femininas para as eleições – ressaltou ela.

Parlamento

Outro exemplo citado pela senadora foi a própria composição do Congresso Nacional: entre os 81 membros do Senado, há nove mulheres (a senadora Marina Silva foi chamada para o Ministério do Meio Ambiente), e, entre os 513 deputados federais, há 45 mulheres.

– É curioso constatar que, no Senado e na Câmara, as mulheres do Norte e do Nordeste, as regiões mais desiguais do país, predominam – observou.

CMO aprova destaques que anulam o corte de 12,5% nas emendas das comissões e das bancadas. Acordo anterior previa que recurso gerado seria destinado à Lei Kandir

Bancadas dos estados pobres derrubam repasse a exportadores

Com o apoio de deputados e senadores dos estados mais pobres, o governo conseguiu derrubar um acordo assinado poucos dias atrás por líderes partidários e retirou R\$ 1,8 bilhão que seriam destinados no Orçamento aos estados exportadores (Lei Kandir). Os estados pobres não aceitaram um corte



Carlito Merss (E) e Gilberto Mestrinho, durante reunião da CMO

linear de 12,5% nas emendas das comissões e das bancadas do Congresso, argumentando que estavam perdendo esse dinheiro para estados exportadores, geralmente os mais ricos.

Após horas de uma guerra regimental, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou dois destaques que anularam o corte das emendas (R\$ 974 milhões) e eliminaram a parte do relatório-geral do Orçamento que previa a destinação de outros R\$ 900 milhões à Lei Kandir caso houvesse “excesso de arrecadação”.

Maranhão quer esclarecer veto a negociação de dívida

José Maranhão (PMDB-PB) encaminhou à Mesa do Senado requerimento de informações ao Ministério da Fazenda sobre dados que revelem o nível de inadimplência e o número de contratos entre R\$ 50 mil e R\$ 100 mil renegociados com produtores rurais da área de atuação da Agência Nacional de Desenvolvimento do Nordeste (Adene) nos últimos cinco anos.

Ao justificar sua solicitação, o senador argumentou que os dados são fundamentais para que se possa entender o veto do presidente Lula ao projeto que repactua as dívidas desses produtores, aprovado em fevereiro pelo Congresso.

Maranhão lembrou que no ano passado fez o mesmo pedido ao Banco Central, sem que tais informações tivessem sido incluídas na resposta daquela autarquia.

– Quero entender a razão de as informações não terem sido enviadas ao Senado – concluiu.



Motta propõe derrubar veto de Lula a repactuação de dívidas dos produtores

Motta defende apoio a agricultores do Nordeste

João Batista Motta (PSDB-ES) criticou o veto presidencial ao projeto que trata da repactuação de dívidas relativas a operações de crédito rural realizadas na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste.

– Nós aprovamos a solução para esse problema. O presidente vetou a solução, mas o veto pode ser derrubado – declarou.

Motta afirmou que “partidos como PSDB, PFL, PDT e PSOL estarão contra o veto, mas o problema é saber que posição adotará o PMDB”.

José Cruz

Merss (PT-SC), colocou no documento final a previsão de R\$ 3,4 bilhões para estados exportadores, mas só a metade especificamente para a Lei Kandir.

– Essa história de ressarcimento a estado rico está indo longe demais – desabafou.

Hoje, no Recife, secretários de Fazenda reúnem-se pela segun-

da vez com o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Murilo Portugal, para tentar um acerto sobre os repasses. A Lei Kandir prevê a criação de um fundo, que nunca foi regulamentado. O governo quer que os estados entrem com a maior fatia nesse fundo.

O presidente da CMO, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), convocou reunião para terça-feira, quando pretende votar os outros destaques – mais de 2.700. O relator irá rejeitar quase a totalidade e isso será feito com poucas votações.

Aelton cobra incentivo do governo ao setor leiteiro

Aelton Freitas (PL-MG) sugeriu ontem medidas para a melhoria da pecuária leiteira. Segundo justificou, a atividade na bacia leiteira de Minas Gerais vem decrescendo nos últimos 15 anos, principalmente em função da competitividade no comércio de derivados de leite, do baixo preço do produto e das exigências sanitárias. Além disso, ele culpou a falta de incentivos oficiais às pequenas cooperativas pelo baixo desempenho do segmento.

Aelton lembrou que a maior parte da produção leiteira em Minas Gerais e nos demais estados é oriunda de pequenas cooperativas, onde há carência de gestão administrativa para melhorar a produtividade. Ele sugeriu o incremento governamental à especialização técnica nessas cooperativas, com a ampliação do corpo de técnicos das empresas de assistência técnica e extensão rural (Ematers) de modo a atender à demanda e fortalecê-las.



César Borges, Delcídio e Tourinho participam de debate na Comissão de Infra-Estrutura

Regra para venda de concessionária de ferrovia é debatida em audiência

Com o objetivo de discutir as regras que disciplinarão a venda de concessionárias ferroviárias, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) ouviu ontem o presidente do Conselho de Administração da Brasil Ferrovias, Guilherme Narciso de Lacerda, o presidente da Brasil Ferrovias, Elias David Negri, e o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), José Alexandre Nogueira Resende.

O senador Delcídio Amaral (PT-MS) manifestou sua preocupação com a possibilidade de que a venda iminente das empresas Ferroban, Ferronorte e Novoste resulte em prejuízos para a população dos estados servidos por essas redes, em especial São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Ele afirmou que a privatização malfeita da Novoste, em 1996,

causou grande prejuízo às regiões produtoras de Mato Grosso do Sul. A ferrovia, que transportava 7 milhões de toneladas por ano no princípio da década, passou a transportar apenas a metade depois de vendida.

– Com essa nova alienação do controle, ou de parte do controle, da Ferroban, Ferronorte e Novoste, devemos ficar atentos para que o modelo adotado na venda esteja em sintonia com a importância estratégica das empresas. Um passo mal dado pode significar a estagnação ou o retrocesso econômico de uma região por anos e até décadas – advertiu Delcídio Amaral.

O parlamentar anunciou que apresentará requerimento à CI convocando autoridades do governo federal para explicarem por que as parcerias público-privadas (PPPs) “não saíram do papel”.

Brossard: “Não houve tempo para defender fim da verticalização”

Pedro Simon (PMDB-RS) leu ontem em Plenário carta do advogado Paulo Brossard, ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e ex-senador, dirigida ao presidente do Senado, Renan Calheiros, e à imprensa. Brossard protesta na carta contra o fato de não ter tido tempo suficiente para preparar a defesa encomendada a ele pelo Congresso para a Emenda Constitucional 52, que acaba com a verticalização nas coligações partidárias.

A ação direta de inconstitucionalidade da verticalização, proposta pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), foi julgada na quarta-feira pelo STF. Na carta, Brossard reclama de ter sido instado a

apresentar a defesa ao STF apenas um dia depois de receber cópia da ação da OAB, mesmo tendo, legalmente, dez dias para fazê-lo. Em virtude da impossibilidade de entregar o trabalho no prazo requerido, as informações ao STF foram fornecidas pela Advocacia do próprio Senado.

Após a leitura, Simon se negou a tecer maiores comentários sobre o assunto. Ele apenas proferiu elogios ao ex-ministro e pediu a transcrição da carta nos Anais do Senado.

– Paulo Brossard é uma das pessoas mais dignas e corretas que conheço. Imagino o profundo sentimento de tristeza que deve ter tido para escrever esta carta – afirmou Simon.

José Cruz